

# Juventude brasileira: dificuldade de definição

*Ísis Oliveira Bastos Matos<sup>1</sup>*

**Resumo:** O tema deste ensaio refere-se a dificuldade conceitual da categoria juventude, especialmente num país como o Brasil onde persistem distintos recortes distintivos socialmente de raça, classe, gênero. Assim, dada a dificuldade de definição do tema e o interesse que o tema juventude suscita, pretende-se problematizar acerca da definição da juventude enquanto um seguimento homogêneo, buscando mapear como a literatura tem tratado o tema, especialmente no caso brasileiro. O objetivo deste ensaio é modesto: tentar aproximar a problemática da definição do tema juventude com o mapeamento da literatura produzida sobre os jovens brasileiros nos últimos anos.

**Palavras-chave:** Juventude; juventude brasileira.

## Brazilian youth: difficulty in defining

**Abstract:** The theme of this essay refers to the conceptual difficulty of the youth category, especially in a country like Brazil where distinct socially distinctive cuts of race, class, gender persist. Thus, given the difficulty of defining the theme and the interest that the youth theme follows, we intend to problematize the definition of youth as a homogeneous segment, seeking to map how the literature has treated the theme, especially in the Brazilian case. The objective of this essay is modest: to try to approach the problem of defining the theme of youth with the mapping of the literature produced on young Brazilians in recent years.

**Keywords:** Youth; Brazilian Youth.

## O conceito de juventude

O tema da juventude tem adquirido crescente destaque dentro e fora da academia. O seu peso quantitativo contribui para o ajuste de foco. Dados da Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (2013), desenvolvida pela Secretaria Nacional de Juventude (SJNI), estimou algo em torno de 51,3 milhões de jovens brasileiros com idades entre 15 à 29 anos. Porém, o interesse pelos jovens não se restringe ao seu peso numérico, mas sim pelo potencial revelador de uma realidade futura a partir do comportamento destes jovens.

Ainda que os estudos que focam no intervalo da vida entre a infância e a vida adulta não seja uma novidade, há uma singularidade com relação aos jovens deste início de século que revitaliza o interesse por esse conceito. Os jovens atualmente

[...] possuem uma facilidade especial para se integrar às velozes mudanças de ordem tecnológica que caracterizam este século. Nasceram sob a vigência da nova cultura de mudanças grandiosas, das permanentes revoluções tecnológicas, em que o computador e a internet são uma forma de vida. Tem flexibilidade, versatilidade, gana de participar de inovações (KLIKSBERG, 2010, p. 212-213).

---

<sup>1</sup> Ísis Oliveira Bastos Matos; Doutora em Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professora no departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; E-mail: isis.bmatos@gmail.com

Portanto, reconhecer a sua especificidade, saber como age e pensa, bem como os possíveis sinais conflituosos que apresentam, é de grande utilidade para a delimitação desse conceito que tem se apresentado na literatura de forma tão ampla. O termo juventude é polissêmico e transita entre os campos da Biologia, Psicologia e Sociologia. E, como qualquer conceito com características sociais, é inacabado na medida em que se constitui na sua trajetória existencial, refletindo em si a característica do conceito-processo. E, portanto, está naturalmente em disputa entre as diversas áreas do conhecimento que se debruçam sobre o tema.

Assim, puberdade, jovem, adolescente, juventude, entre outros, mais que formas de expressão, esses diversos termos usados para definir o segmento populacional entre a infância e a idade adulta denotam o lugar de fala dos interlocutores. Ademais, a diversidade teórica e metodológica, que é tão particularmente ligada a fenômenos sociais, fica expressa diante da impossibilidade de um único arcabouço teórico apresentar de forma completa e definitiva a juventude. Desse modo, esforços cooperativos e interdisciplinares tem buscado qualificar a juventude como fenômeno social heterogêneo.

A definição clara sobre o que é juventude é importante haja vista a polissemia do termo. A expressão puberdade é própria das Ciências Médicas, e está diretamente ligada às mudanças corporais com o início nas mudanças hormonais e termina com a maturidade do aparelho reprodutor. A expressão adolescência é própria da Psicologia e está afeita às mudanças de comportamento, mentalidade e personalidade do indivíduo. O termo juventude é mais utilizado pelas Ciências Sociais que lança luz sobre os processos de socialização e as suas consequências (TRANCOSO e OLIVEIRA, 2014). Assim, o conceito preciso poderá contribuir “com vistas a compreender o comportamento, a rede de relações sociais e as novas instabilidades que configuram este seguimento social (juventude)”. (JESUS, 2008, p. 36).

## Origem e definições sobre o conceito

Desde a Grécia antiga há uma preocupação com a juventude, principalmente no campo moral e pedagógico<sup>2</sup>. No século XVIII Jean Jacques Rousseau voltou a sua atenção para a educação política desse segmento já que considera que “(...) um indivíduo é flexível somente durante a juventude, porém se torna incorrigível quando amadurece” (ROUSSEAU, 1978, p.50). Os limites entre um segmento da vida e outro eram nebulosos, sendo que a distinção tal qual conhecemos atualmente ocorreu da estruturação do sistema escolar na Europa do século XVIII.

Da necessidade de ordenar os indivíduos em grupos com conhecimentos afins, surgiram conceitualmente as diferentes etapas da vida: criança, jovem e adulto. Tal divisão contribuiu para compor os limites do que mais tarde seria denominada juventude enquanto um grupo social específico dotado de características que o diferenciava das primeiras fases da vida e do mundo adulto (ARIÈS, 1978, p.10).

Durante o século XIX, marcado por ascensão e queda de impérios, revoluções tecnológicas e intenso processo de urbanização não foi propício para a pesquisa empírica sobre a juventude, adiando para o século XX o aprofundamento do debate iniciado no século XVIII. De modo que, num primeiro momento, houve a predominância de perspectivas estritamente biológicas para a delimitação do segmento juvenil. Para Philippe Ariès a estruturação do sistema escolar foi o responsável pela separação entre crianças e adultos e deu suporte para a constituição do termo juventude como grupo social específico. Portanto, o processo de alfabetização impôs uma diferenciação dos indivíduos nas suas diferentes fases da vida a fim de aprimorar o processo de aprendizagem (ARIÈS, 1978).

Desse modo, em termos históricos, nem sempre houve uma clara divisão entre as etapas da vida. Tais distinções são resultado de um processo de modificação da própria estrutura social ao longo do tempo. Portanto, as primeiras definições de juventude estavam diretamente relacionadas a um intervalo etário específico que, por sua vez, relacionavam-se com as mudanças biológicas dos indivíduos. Porém,

---

<sup>2</sup> Paidéia.

definições de cunho estritamente biológico não apresentam consenso na literatura. Bourdieu (1983), por exemplo, afirmou que “a juventude é só uma palavra” sem qualquer conteúdo inerente a não ser aquele que é depositado sobre ela. Para este autor, “[...] a juventude e a velhice não são dadas, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos”. Ou seja, construídas socialmente, mas ainda assim, não de forma passiva, e complementa: Os “jovens possuem tanto mais dos atributos do adulto, do velho, do nobre, do notável, etc., quanto mais próximos se encontrarem do polo de poder”. De modo que fica evidente a disputa em torno do termo e a aceitação dos limites etários que delimitam a juventude como “dado biológico socialmente manipulado e manipulável” (BOURDIEU, 1983, p.113).

Dentre outros pontos, Bourdieu (1983) apresenta uma discussão histórica que busca o entendimento do que seja o indivíduo jovem. Ademais, apresenta críticas ao sistema escolar e não acredita que a instituição escola seja um espaço de socialização universal na medida em que reproduzem socialmente as desigualdades sociais vigentes excluindo da qualificação educacional os jovens das classes populares que encontram dificuldades diversas em continuar seus estudos.

Nos últimos anos nota-se desenvolvimento e aprofundamento do tema, sobretudo ao que se refere a aparente homogeneidade que o termo juventude deixa transparecer. Essa problemática da delimitação do tema também abriu espaços para teses ligadas a biologia. Margulis e Urresti (1996) propõem que a juventude seja compreendida como um período que combina maturação biológica e imaturidade social. E, portanto, a delimitação da categoria juvenil deve necessariamente considerar duas perspectivas: 1) a descrição puramente biológica, que leva em conta transformações e capacidades do corpo e a idade e, 2) o entendimento sociológico, que apresenta uma discussão mais elaborada sobre o tema, considerando aspectos biológicos, mas, sobretudo, culturais, sociais e de classe.

A partir da perspectiva sociológica, os estudos sobre a juventude dividem-se em duas correntes que apresentam suas singularidades, mas que não impede que sejam analisadas de maneira conjunta, são elas:

1) juventude enquanto fase da vida: toma o segmento juvenil como um conjunto social constituído, prevalecendo o caráter de homogeneidade que constitui um segmento uniforme, definida por termos etários;

2) juventude enquanto classe: apresenta os jovens a partir de um conjunto diversificado, heterogêneo, com diversas ‘culturas juvenis’, que supõe diferentes pertencas de classe, situações econômicas, interesses, oportunidades no mundo do trabalho, entre outros aspectos. Enquanto que ‘culturas juvenis’ é o conjunto de crenças, símbolos, normas e valores partilhados pelos jovens. Essa ‘cultura juvenil’ pode ainda ser inerente às gerações ou assimilado dependendo do enfoque geracional ou classista<sup>3</sup> (PAIS, 2003).

A dimensão etária que divide a juventude de outras fases da vida, em si, não se constitui num problema. Esse ajuste pode ser definido sem maiores problemas a partir de uma decisão arbitrária, no limite. No entanto, o modo de entender esse segmento a partir dos problemas sociais por eles enfrentados, sim, merece maior atenção. “Os problemas de inserção profissional, os problemas da falta de participação social, os problemas de drogas, os problemas de delinquência, os problemas com a escola, os problemas com os pais, só para focar alguns dos problemas socialmente reconhecidos como específicos dos jovens” (PAIS, 2003, p.34).

De modo que essa diversidade de perspectivas sobre o objeto ‘jovem’ ensejou uma série de estudos sobre a juventude que buscaram verificar as diversas especificidades brasileira tendo em vista as desigualdades sociais nas quais estão submetidas. Portanto, a multiplicidade de perspectivas teóricas e metodológicas não é essencialmente negativa, pois gera esforços cooperativos e interdisciplinares na disputa de melhor qualificar a juventude enquanto fenômeno social. E, em alguns casos, essa diversidade pode se apresentar de maneira exponencial na medida em que cerca o objeto de estudo com vários olhares diferentes e complementares.

---

<sup>3</sup> Neste artigo não serão esmiuçadas essas nomenclaturas. Para uma discussão mais completa ver Pais (2003).

Nesse sentido, partindo do senso comum brasileiro, alimentado pela mídia e indústria de cultura de massa, predominam entre os jovens sentimentos de apatia, individualidade e não envolvimento com a vida pública.

## A juventude brasileira

Como já sinalizado, o tema da juventude tem sido abordado em diversos aspectos. Ademais, a participação política ou os sentimentos de apatia política tem sido recorrente nos estudos sobre a juventude brasileira.

Neste sentido, Abramo (1994) analisou um segmento específico da população jovem na cidade de São Paulo, os “*darks*” e “*punks*”. Segundo a autora, durante a década de 1980, os grupos de jovens que compunham esses segmentos eram apontados como frutos de um modismo da indústria cultural. De modo geral, eram rotulados como individualistas, indiferentes às questões sociais e imbuídos de um comportamento de rebeldia. Tal definição se deve, em parte, a idealização de um modelo ideal de comportamento juvenil que tinha como referência os jovens das décadas de 1960 e 1970. Assim, a partir dessa premissa, as gerações posteriores eram marcadas por um traço de negatividade, passividade e incapacidade de reflexão crítica. Por outro lado, as mudanças socioeconômicas, políticas e culturais, pelas quais passaram a sociedade brasileira entre os anos de 1970 a 1980, influenciaram fortemente no processo de diversificação das manifestações juvenis e, portanto, no enfrentamento de definições rasas sobre o comportamento juvenil.

Se antes, o tipo idealizado de juventude, tinha um inimigo em comum (luta pela democratização do Estado brasileiro), em meados dos anos 1980, houve uma acentuada mudança no contexto socioeconômico e político no país que pulverizou as bandeiras de luta dos jovens. De modo que, tendo em vista as possibilidades advindas do crescimento econômico experimentado naquele período, os setores de jovens urbanos de baixa renda vivenciaram novas experiências de incorporação aos mercados de trabalho e ao consumo, além da ampliação da escolarização e intensificação das relações sociais por meios das novas mídias de comunicação. Para a autora foi esse o cenário que favoreceu o surgimento dos grupos por ela estudado: *darks e punks*. Portanto, antes de ser um movimento alienado da vida política, fruto de um comportamento midiático, pela perspectiva da autora, o comportamento rebelde dos jovens tratava-se de uma resposta específica a um cenário de crise social (ABRAMO, 1994).

Outro estudo de destaque sobre jovens brasileiros é apresentado por Mische (1997) que buscou compreender o comportamento dos jovens dos anos 1990. Naquele período, segundo o autor, também predominava a generalização de apatia política e atitudes extremamente individualista por parte dos jovens. Essa percepção, de forma mais diluída, persiste até hoje. “A geração *shopping center*”, como eram retratados, por outro lado, surpreendeu ao saírem às ruas das principais cidades brasileiras posicionando-se em defesa do processo de *impeachment* do então presidente da República Fernando Collor de Mello.

A fim de compreender as motivações dos jovens que caracterizaram a sua participação política em 1992, Mische (1997) é categórica ao afirmar que comparações nostálgicas com os movimentos de combate ao regime militar não se sustentam. “Os caras pintadas foram atores privilegiados em uma ampla mobilização da sociedade civil e política contra o Governo Collor”, enquanto o movimento de estudantes dos anos 1960 surgiram de uma polarização política entre o Estado militar e a oposição estudantil (MISCHE, 1997, p.136).

Nesse sentido a autora destaca que as movimentações *pró-impeachment* se mobilizaram numa linguagem universalizante de cidadania que, ao mesmo tempo em que, permitiu englobar várias juventudes (e não apenas estudantes), conversou com a sociedade no geral. Assim, para a autora, a identidade jovem (principalmente aquela atrelada à identidade estudantil) foi diluída numa caracterização mais abrangente de cidadão. Mische (1997) pondera que a transformação da identidade participativa de estudantes à identidade de cidadãos só foi possível pelas transformações interpessoais e organizacionais

que vieram na esteira da modernização social. Os jovens dos anos 1990 estavam submetidos a uma rede muito mais ampla de sociabilidade que os jovens da década de 1960.

Essa nova configuração, que exige maior coordenação devido à segmentação dos diversos envolvimento, é a causa apontada pela autora para que a identidade estudantil tenha tido pouca reverberação entre os jovens das décadas seguintes, de modo que a categoria cidadão emergiu como alternativa de articulação entre as identidades múltiplas. Desse modo, a autora dá pistas de um possível advento de uma consciência cívica, ainda que difusa, entre os setores mais amplos da sociedade no qual está inserida a juventude (MISCHE, 1997).

Outro trabalho importante sobre os jovens brasileiros é apresentado por Nazzari (2006) que verifica a pertinência da socialização política na promoção de crenças e valores de confiança que incrementem comportamentos de apoio às instituições democráticas. Apesar de chegar a uma conclusão diversa dos autores ora citados, é importante destacar que o foco da autora estava nas agências de socialização. Para atingir seu objetivo, a autora verificou o impacto das agências socializadoras tradicionais (família, escola, igreja e associações comunitárias), num contexto de modernização das sociedades contemporâneas, no comportamento político dos jovens.

Embora o trabalho de Nazzari (2006) apresente alguns indicadores de cultura política dos jovens entrevistados, o foco da autora se direcionou à análise da capacidade de formação política dos jovens a partir das agências socializadoras, e não se restringiu aos valores políticos dos jovens em si. A autora chega à conclusão que “as variáveis principais de capital social (...) não estão sendo favorecidas pelo processo de socialização política vigente, o que, por sua vez, estaria predispondo os jovens a desenvolverem atitudes de apatia e indiferença em relação ao seu envolvimento e participação em atividades associativas” (NAZZARI, 2006, p.200).

Na contramão dos resultados apresentados por Nazzari (2006), Kriscke (2005) indica uma preferência da juventude pela democracia. O autor recorre a Moisés (1995) para reafirmar que o grau de escolaridade (seguido da renda e ocupação) é determinante para a participação política sofisticada e, portanto, para a qualidade da democracia. No entanto, Kriscke (2005) contesta uma relação direta entre educação e sofisticação política. Se assim fosse, o índice de adesão ao regime democrático deveria ter aumentado com o tempo dado a expansão quantitativa de acesso à educação formal.

Por outro lado, a participação política, em estudos mais recentes, começa a ser relativizada. Para Paul Singer (2005) os nascidos num mesmo período (coorte) vivenciam as mesmas experiências, mas a forma como lidam com esse mundo são influenciados pelas suas condições históricas particulares. E, portanto, destacam-se as diferentes trajetórias econômicas, políticas e sociocultural entre os membros da mesma corte. Sua análise tem foco nos anos 90 e o autor considera que as mudanças na organização do Estado, principalmente ao que se refere à transferência dos serviços públicos para o voluntariado, acarretou mudanças na concepção de envolvimento político dos indivíduos, limitando-se a esfera mais próxima, onde realmente se veja o resultado da ação política (SINGER, 2005).

Nesse sentido, Ribeiro (2008) conclui que a juventude nascida ou socializada na vigência das instituições democráticas consolidadas não difere em termos de valores políticos das juventudes socializadas em outro momento político. O autor fazendo uso da metodologia usada na pesquisa mundial de valores *World Values Survey (WVS)*, buscou verificar se a adesão dos chamados valores pós-materialistas estaria sendo acompanhada de uma postura mais democrática entre os brasileiros, considerando a sua cultura política atravessada por elementos autoritários e extrema desigualdade social. A conclusão final é que apesar de um pequeno número de indivíduos pós-materialistas, estes são portadores de atitudes e valores relativamente mais favoráveis à democracia.

Numa perspectiva paralela a de Ribeiro (2008), Brigante del Porto (2012) aponta que a faixa de idade que inclui a juventude não é um fator importante para determinar um posicionamento político favorável ao regime democrático se comparado com outras faixas etárias. Para tanto a autora analisa dados longitudinais de *surveys* nacionais realizados nos anos de 1989, 1993 e 2006 para acompanhar o processo de formação de valores políticos das coortes de grupos jovens após do processo de redemocratização brasileiro. A autora não encontra diferenças significativas de comportamento político

se comparados jovens e os concidadãos mais velhos. E aponta para a pertinência do pressuposto da socialização enquanto um evento perene no decorrer da vida<sup>4</sup> e, por isso afirma que as experiências políticas favoráveis vivenciadas recentemente causam maior impacto na valoração política por parte dos indivíduos que do a sua posição etária.

Como se pode observar, as discussões recentes sobre a juventude brasileira têm abordado diversos aspectos do mesmo objeto e produzido um resultado qualitativo considerável na busca de fatores explicativos de uma situação paradoxal como a jovem em geral e, sobretudo, da juventude brasileira tão cindida por desigualdades inúmeras. Nesse sentido, explicações de naturalização de determinados modelos de jovem não se sustentam, contribuindo para análises mais superficiais sobre o comportamento da juventude.

Nesse sentido, as discussões mais recentes buscam compreender o fenômeno da juventude dentro do seu constante processo de evolução histórica. Este é o caso da tese recentemente defendida no PPG da UFRGS. O autor da tese, Morais (2017), busca subsídios teóricos na cultura política para verificar a adesão dos jovens nas manifestações de junho de 2013, no Brasil, que levaram milhares de pessoas para às ruas na defesa de bandeiras diversas, tendo em vista que a cultura política brasileiros, e dos jovens especialmente, é definida como apática politicamente. Buscando compreender os efeitos do uso das mídias sociais para a robusta mobilização ocorrida em 2013, Morais (2017) afirma que a internet e as redes sociais alteraram a rotina dos jovens brasileiros, na medida em que proporcionaram novas formas de interação e acesso a um grande fluxo de informações, porém, tanto a internet quanto as redes sociais, são meio e não constituem um fim (político) em si mesmo.

Os achados de Morais (2017) contribuem para o fortalecimento da tese de que a internet reforça, através da socialização política, a cultura política e o capital social já existente na sociedade. No entanto, a autora afirma que suas conclusões são conjunturais na medida em que seria preciso uma análise longitudinal para acompanhar as consequências do uso da internet nas próximas gerações. Um olhar mais apurado sobre as distintas realidades dos jovens confere uma especificidade ao objeto de estudo.

Como já dito anteriormente, não há consenso na literatura de juventude sobre qual o melhor foco de análise tendo em vista que os jovens brasileiros estão submetidos a uma série de problemas de ordem econômica, social, familiar, entre outros, imputando novas formas de sociabilidade na juventude contemporânea quantos forem os olhares sobre o objeto de estudo.

Assim, ao considerar os percalços e penetrar no cotidiano da juventude contemporânea, ultrapassam-se as definições míticas<sup>5</sup> de juventude enquanto indivíduos dotados de um comportamento comum, de uma consciência comum a partir de uma definição etária que, no limite, não explicam a contento o fenômeno da juventude na atualidade.

Ainda que não se menospreze o vigor das consciências geracionais que acentuam as diferenças entre as gerações passadas e futuras, constituindo-se em verdadeiras consciências coletivas geracionais, há que se considerar, por outro lado, que nem todos os jovens de uma dada geração se identificarão com determinada consciência devido a fatores sociais, culturais e materiais intrínsecos de cada realidade individual. De modo que, ao abandonar conceituações a priori, baseadas muitas vezes em mitos, podem revelar “uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas, uma categoria sujeita a modificar-se ao longo do tempo” (PAIS, 2003).

Ou seja, a construção de uma categoria que considera mais fatores materiais e existenciais dos jovens em detrimento de mitos. Essa mudança de perspectiva extrapola a dimensão teórica e permite modificações interiores aos jovens, quanto à sua representação social, ou ainda em relação às ‘culturas’ ou à ‘cultura juvenil’, viabilizando compreensões mais amplas sobre esse segmento (PAIS, 2003, p.37).

---

<sup>4</sup> Ainda que não desconsidere que na infância e adolescência são as fases de maior receptividade dos indivíduos nos processos de socialização.

<sup>5</sup> Boa parte da construção desse mito se deve a indústria cultural que define um modo de ser e agir como caracterizador da juventude. Esse aspecto da indústria cultural juvenil pode ser encontrado em Pais (2003).

Outrossim, as discussões da condição do jovem na sociedade atual, bem como os processos de transição do jovem para a vida adulta, devem considerar o contexto histórico/cultural e problematizar a definições estritamente físico/biológica.

(...) não sendo passível de delimitação etária, a juventude representa, histórica e socialmente, uma categoria social gerada pelas tensões inerentes à crise do sistema. Sociologicamente, ela representa um modo de realização da pessoa, um projeto de criação institucional, uma alternativa nova de existência social (FORACCHI, 1972, p.160).

Nesse sentido, este ensaio se distancia de premissas teóricas que avaliam o comportamento da juventude como resultado de um ciclo da vida, pois se assim fosse o comportamento intrínseco à juventude deveria ser encontrado em todos os estratos sociais. Ao que parece não é isso que acontece, uma vez que há tanta produção acadêmica sobre juventude quantas diferenças entre jovens.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena W. **Cenas juvenis: punks e darks, no espetáculo urbano**. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zabar Editores, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRIGANTE DEL PORTO, F. **“Jovens da democracia?”** Valores políticos das coortes da juventude brasileira no período democrático recente (1989-2006). 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Campinas, SP, 2012.
- FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo, Livraria Pioneira, 1972.
- JESUS, A. R. **A imagem da recreação da juventude: televisão e propaganda**. 2008, 131f. Dissertação (Mestre em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2008.
- KLIKSBERG, Bernardo. Mitos sobre a juventude latino-americana. In: SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- KRISCHKE, P. Questões sobre a juventude, cultura política e participação democrática. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.
- MARGULIS, Mario & URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, M. (org.). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires, Biblos, 1996.
- MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, p. 134-50, 1997.
- MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995.
- MORAIS, J. A. **Cultura Política e capital social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no sul do Brasil (tese doutorado)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.
- NAZZARI, R. K. Capital Social e socialização política dos jovens no Brasil. **Revista Educação Unissinos**, V.9, Nº 2, Ago/2006.
- PAIS, J. M. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

- PESQUISA NACIONAL SOBRE JOVENS BRASILEIROS. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Programada das Nações Unidas (PNUD), 2013.
- RIBEIRO, E. A. **Valores Pós-Materialistas e Cultura Política no Brasil** [tese]. Curitiba/PR. Universidade Federal do Paraná/UFPR: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2008.
- ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**; Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes. Tradução de Lourdes Santos Machado; introdução e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- SINGER, P. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- SINGER, Paul. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (org.). **Economia solidária e educação de jovens e de adultos**. Brasília: Inep/MEC, p. 15-20, 2005.
- TRANCOSO, A. E. R.; OLIVEIRA, A. A. S. Juventudes: desafios contemporâneos conceituais. **Revista ECOS**, v. 04, nº 02, 2014.